Política de Privacidade e Proteção de Dados

Santa Casa da Misericórdia de Coruche

Responsável pelo tratamento

A Santa Casa da Misericórdia de Coruche é uma Instituição de Solidariedade que presta serviços nas seguintes respostas sociais: ERPI, Centro de Dia, Serviço de Apoio Domiciliário, Unidade de Cuidados Continuados Integrados e Farmácia Comunitária, sendo que para prosseguir a sua atividade e prestar os seus serviços carece de proceder à recolha de dados pessoais de utentes, trabalhadores, outros colaboradores e outros titulares cujos dados são relevantes para o desempenho das suas funções.

Identidade e missão

A Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Coruche tem como principal objetivo satisfazer necessidades da população idosa, doente e da população em geral, enquadradas nas cinco respostas sociais em que desenvolve a sua atividade.

Para desenvolvermos o nosso trabalho e prosseguirmos com a nossa missão dispomos de equipamentos físicos e de meios humanos afetos a essas necessidades.

A prossecução da sua missão envolve ainda transversalmente outras estruturas e serviços locais, públicos e privados, em diferentes áreas de intervenção (saúde, social, segurança, solidariedade, educação, cultura e lazer), com os quais interagimos e trocamos informação.

No nosso caminho, na qualidade de Responsaveis pelo tratamento de dados, sempre nos preocupamos com a identidade e a privacidade dos Utentes, Colaboradores, nos quais se incluem os Voluntários e Parceiros e que sempre mereceram o maior respeito pela nossa parte, procedendo ao tratamento dos seus dados pessoais exclusivamente no âmbito do exercício da atividade e missão social, em total conformidade legal.

O que são dados pessoais?

Dados Pessoais são quaisquer informações, de qualquer natureza e em qualquer suporte, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável. É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, por recurso a

um identificador, designadamente, nome, número de identificação, dado de localização, identificador eletrónico ou outros elementos específicos da identidade física, fisiológica, genética, mental, económica, cultural ou social que permitam chegar à identificação dessa pessoa singular.

Que Categorias de Dados Pessoais Tratamos?

No exercicio da nossa atividade e para prosseguirmos a nossa missão social e prestarmos o melhor serviço aos nossos Utentes, recolhemos e tratamos os seguintes dados pessoais dos Utentes, Trabalhadores e outros Colaboradores e Parceiros:

- dados de identificação (nome, estado civil, género, número de documento de identificação civil, fiscal, de utente e de segurança social, nacionalidade, data de nascimento, número de quarto, dados bancários, comprovativos de rendimentos, dados económicos do agregado familiar, dados de habilitações literárias, dados de saúde),
- dados de contacto (morada, contacto telefónico, endereço de e-mail),
- os seus interesses (hobbies, atividades físicas e/ou lúdicas),
- dados de interação electrónica (endereço de IP, identificadores de dispositivos móveis), e
- outros dados que se revelem necessários ou convenientes para a prestação dos serviços da Instituição, o que inclui a execução de obrigações legais às quais a Instituição está vinculada, nomeadamente perante a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Segurança Social, a Caixa Geral de Aposentações ou outras entidades oficiais.

Recolha e tratamento de dados pessoais

A recolha e tratamento dos dados dos nossos Utentes, Trabalhadores e outros Colaboradores e Parceiros têm como única finalidade a prestação dos serviços que constituem a nossa missão, sendo requisitados de forma direta, quando interage com a Instituição, por qualquer forma. Também poderemos aceder a informação pessoal, de forma indireta, através de parceiros e entidades oficiais.

Consciente da defesa da privacidade e integridade do registo e tratamento dos dados pessoais, com a entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados e da

Lei de Execução Nacional, a Instituição reforçou a segurança física e digital dos mesmos, em plena conformidade legal.

Qual o Fundamento e Finalidade do Tratamento de dados pessoais?

As Finalidades de tratamento de dados pessoais são a execução dos contratos de prestação de serviços que mantemos com os nossos utentes e seus familiares, dos contratos de trabalho que mantemos com os nossos trabalhadores, da gestão dos processos internos de Utentes e Colaboradores, gestão contabilística, fiscal e administrativa, gestão de contencioso, controlo da segurança física (videovigilância e geolocalização) e cumprimento de obrigações legais.

Quanto aos fundamentos legais para o tratamento de dados pessoais, estamos devidamente legitimados pelos seguintes:

(1) Consentimento (sempre que nao exista outro fundamento legal para proceder ao tratamento dos seus dados, solicitaremos o seu consentimento expresso, livre, informado e específico, para finalidade determinada, designadamente ser receptor de ações de divulgação institucional),

(2) Execução de contrato ou diligências pré-contratuais (quando o tratamento dos dados pessoais seja necessário para a celebração, execução e gestão do contrato do qual é parte ou procedimentos pré-contratuais a pedido do titular dos dados),

(3) Cumprimento de obrigação legal (quando o tratamento de dados pessoais seja necessário para cumprir uma obrigação legal a que a Instituição esteja sujeita, tal como a comunicação de dados a entidades policiais, judiciais, fiscais ou reguladoras), ou

(4) Prossecução de um nosso interesse legítimo (quando o tratamento dos dados pessoais correponda a um interesse legítimo da Instituição ou de terceiros, como por exemplo melhoria da qualidade do serviço, deteção de fraude, segurança de pessoas e bens, ou quando os motivos para a sua utilização devam prevalecer sobre os direitos dos titulares dos dados).

Os dados pessoais por nós recolhidos serão tratados e conservados conforme as finalidades e pelo período mínimo legalmente necessário.

Partilha de dados com outras entidades

Os dados pessoais por nós recolhidos para além de terem como fundamento o cumprimento de obrigação legal, poderão ser comunicados a entidades oficiais, poderão ser tratados por entidades subcontratadas pela Instituição, sempre que tal seja legalmente exigido ou contratualmente necessário, sendo fornecidos a essas entidades apenas os dados necessários à execução do serviço requerido.

Pautamos toda a nossa atuação e estendemos a Terceiros e Subcontratantes as seguintes obrigações relativamente ao tratamento de dados pessoais:

- os dados pessoais serão tratados em obediência ao regime legal de tratamento de dados, à presente política de privacidade e com a garantia de um tratamento legal, leal e transparente;
- os dados recolhidos são meramente instrumentais à nossa atividade, destinando-se a prosseguir uma finalidade determinada, específica e legítima, não tendo um tratamento posterior incompatível com estas finalidades;
- respeitamos o princípio da minimização dos dados, recolhendo apenas os dados considerados adequados, relevantes e necessários às finalidades da recolha e tratamento;
- em obediência do princípio da exatidão, manteremos os seus dados exatos e atualizados sempre que necessário, sendo adotadas e disponibilizadas ao seu titular todas as medidas necessárias a garantir a sua integridade;
- assumimos o princípio da preocupação da conservação dos seus dados de forma a que seja possível identificá-lo apenas durante o período necessário para as finalidades para as quais os dados são tratados;
- trataremos os seus dados de acordo com o princípio da segurança – protegendo os seus dados de um eventual tratamento ilegal e não autorizado, prevenindo eventuais perdas, a sua destruição ou dano imprevisto, adotando todos as medidas técnicas e organizativas adequadas a um tratamento de dados que garanta a segurança, integridade e confidencialidade dos dados;
- sempre que lhe seja solicitado consentimento para o tratamento de dados, prestaremos a informação necessária quanto às finalidades do tratamento e mantemo-nos fiéis a estas finalidades.

Direitos do titular

O titular dos dados pessoais dispõe dos seguintes direitos, que poderá exercer de forma fácil e gratuita, através do seguinte rgpd@scmcoruche.pt.

Apenas em caso de pedidos manifestamente infundados ou excessivos poderá ser cobrada uma taxa para o exercício destes direitos.

Direito de Acesso - direito a obter a confirmação de quais são os seus dados pessoais que são tratados e informação sobre os mesmos.

Direito a ver ou obter cópia, por exemplo das faturas ou dos contratos escritos.

Direito de Retificação - direito de solicitar a retificação dos seus dados pessoais que se encontrem inexatos ou solicitar que os dados pessoais incompletos sejam completados.

Direito ao Apagamento dos dados ou "direito a ser esquecido" - direito de obter o apagamento dos seus dados pessoais, desde que não se verifiquem fundamentos válidos para a sua conservação, como por exemplo os casos em que a Instituição tem de conservar os dados para cumprir uma obrigação legal ou requerer o exercício de um direito.

Direito à Portabilidade - direito de receber os dados que nos forneceu em formato digital de uso corrente e de leitura automática se o tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular dos dados é parte e for realizado por meios automatizados. O direito de portabilidade não inclui dados inferidos nem dados derivados, i.e., dados pessoais que sejam gerados pela Instituição como consequência ou resultado da análise dos dados objeto de tratamento.

Direito a Retirar o Consentimento – quando o tratamento de dados se fundar no acordo do Cliente, este tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento. A retirada do consentimento não compromete a legalidade do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Direito de Oposição – nos casos em que o tratamento de dados for efetuado para efeito dos interesses legítimos da Instituição, ou o tratamento for efetuado para efeitos de marketing institucional ou definição de perfis com base nas suas preferências ou interesses pessoais, pode ainda, a qualquer altura opor-se ao tratamento dos dados pessoais.

Direito de Limitação do tratamento - direito a solicitar a limitação do tratamento dos seus dados pessoais, sob a forma de (1) suspensão do tratamento ou (2) limitação do âmbito do tratamento a certas categorias de dados ou finalidades de tratamento.

Direito a reclamar - direito de apresentar reclamação à autoridade de controlo, a Comissão Nacional de Proteção de Dados, para além de o poder fazer diretamente perante a Instituição, caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento legítimo.

Como protegemos os seus dados?

Em obediencia ao principio da segurança, sigilo e privacidade garantimos o tratamento dos seus dados apenas pelas pessoas autorizadas, apenas acedendo e tratando os seus dados quem tiver legitimidade para tal, e fazendo-o sempre de forma absolutamente confidencial, de acordo com as nossas políticas e procedimentos internos de segurança e confidencialidade, os quais são atualizados periodicamente de acordo as necessidades, assim como com os termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do titular dos dados aplicamos, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas à proteção dos dados.

A Instituição compromete-se ainda a assegurar que, por defeito, só serão tratados os dados relevantes, necessários e adequados para cada finalidade específica do tratamento e que tais dados não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas.

Não obstante não esteja previsto, caso seja realizada transferência de dados pessoais para países fora da União Europeia observam-se as disposições legais aplicáveis, nomeadamente quanto à determinação da adequabilidade de tal país no que respeita a proteção de dados e aos requisitos aplicáveis a tais transferências.

Violação de dados pessoais

Em caso de violação de dados e na medida em que tal violação seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades dos Utentes, Trabalhadores e outros Colaboradores e/ou Parceiros, a Instituição compromete-se a comunicar a violação de dados pessoais aos titulares dos dados e bem assim à Comissão Nacional de Proteção de dados, no prazo de 72 horas a contar do conhecimento do incidente.

Nos termos legais, a comunicação não é exigida nos seguintes casos:

- Caso a Instituição tenha aplicado medidas de proteção adequadas, tanto técnicas como organizativas, e essas medidas tenham sido aplicadas aos dados pessoais afetados pela violação de dados pessoais, especialmente medidas que tornem os dados pessoais incompreensíveis para qualquer pessoa não autorizada a aceder a esses dados, tais como a cifragem;
- Caso a Instituição tenha tomado medidas subsequentes que assegurem que o elevado risco para os direitos e liberdades dos titulares dos dados já não é suscetível de se concretizar; ou
- Caso a comunicação aos titulares dos dados implique um esforço desproporcionado sendo dessa forma efetuada uma comunicação pública.

Alterações à Política De Privacidade

A Instituição reserva-se o direito de alterar a presente Política de Privacidade a todo o tempo, sendo tal alteração publicitada devidamente.

Lei e Foro Aplicáveis

A Política de Privacidade, bem como a recolha, tratamento ou transmissão de Dados de Utentes, Colaboradores e Parceiros, são regidos pelo disposto no Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 e pela legislação e regulamentação aplicáveis em Portugal, designadamente a Lei n.º 58/2019 de 8 de Agosto.

Quaisquer litígios decorrentes da validade, interpretação ou execução da Política de Privacidade, ou que estejam relacionados com a recolha, tratamento ou transmissão de dados do Cliente, devem ser submetidos em exclusivo à jurisdição dos tribunais

judiciais da comarca de Santarém, sem prejuízo das normas legais imperativas aplicáveis.

Coruche, 11 de Setembro de 2019.

A Mesa Administrativa